

Esta é a íntegra do discurso proferido ontem à tarde, no Palácio do Planalto, pelo presidente José Sarney:

«Anúncio à Nação uma política agrícola com alcance plurianual. É seqüência dos objetivos constantes do Plano de Metas do Governo. Somos um País industrializado e com importantes avanços tecnológicos. Mas ainda não fomos capazes de dar saltos na produção de alimentos. Seria estranho que um País como o nosso, com as terras e recursos e os homens que tem se visse obrigado a depender sempre da compra de alimentos no exterior.

O campo é a alma do nosso País, onde está o seu passado e seu futuro. Alimenta as cidades.

Temos de transformá-lo como contemporâneo dessas cidades. Com este Plano para a agricultura e com a nova política agrícola, estão definidas prioridades claras, abrangendo a agricultura e a pecuária, para melhorar a situação da população pobre, para a produção de alimentos básicos, para a alimentação popular, para o mercado interno e para assegurar o abastecimento.

Os agricultores ressentem-se da falta de uma definição clara dos objetivos agrícolas, de política de créditos, de preços, de investimentos, de estocagem e armazenamento que sinalizem suas decisões e suas atividades.

O Governo deseja atender hoje a essa preocupação. Não apenas definimos políticas. Acabamos de assinar decreto criando o Fundo Agropecuário, que contará já no início com 36 bilhões de cruzados, recursos remanescentes da conta de movimento do Banco do Brasil e com todos os resultados financeiros das importações agrícolas.

Estabelecemos um Conselho de Desenvolvimento Agropecuário, que administrará esse Fundo e que influirá na definição das diretrizes para o setor.

O principal objetivo é aumentar substancialmente a produção de alimentos básicos: o arroz, o milho, o feijão, a mandioca. A safra de 1988 estará produzindo 72 milhões de toneladas dos principais grãos, vinte e oito por cento a mais do que a safra de 86. Com essa nova política, a expansão das áreas de cultivo e melhoria da produtividade, vamos ultrapassar a meta definida do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República.

Para isso, executaremos uma nova política de crédito, de pequenos produtores e os alimentos básicos serão financiados cem por cento ao custo do cultivo, calculado em valores reais. Os pequenos produtores serão beneficiados pelos requerimentos mínimos para as aplicações no sistema bancário. A participação do sistema bancário no crédito agrícola, crédito que chegará sem complicações e com regras simples, vai mudar. Os bancos terão a obrigação de destinar aos pequenos produtores o mínimo de 30 por cento das aplicações e dos créditos para investimento agropecuário. Vamos também acabar com a influência da burocracia para a obtenção dos recursos. Racionalizar a distribuição dos incentivos. Eliminar perdas. Aumentar a eficiência.

Assinei decreto também que constitui a comissão interministerial incumbida de modificar o Proagro para torná-lo mais abrangente.

Todos sabemos que essa modificação depende de lei do Congresso, para propor mecanismos para a instituição de um seguro agrícola ampliado. O homem que trabalha e produz não pode continuar sujeito a perdas lastimáveis por força de instabilidade do clima e acidentes naturais.

Até o final do ano somando as suas várias fontes de recursos, a agricultura contará com um saldo de aplicações de 89 bilhões de cruzados. Um crescimento de 30 por cento real, só este ano.

Os empréstimos concedidos em termos nominais eram de 52 bilhões de cruzados em 1985. Elevam-se agora a 131 bilhões de cruzados.

Nova e melhor é também a política de preços mínimos. Com preços plurianuais de 3 anos, o agricultor não será vítima da especulação. Mesmo que o preço do trator, do adubo ou de qualquer outro insumo se eleve, ele será socorrido. Já na próxima safra o Governo comprará os produtos a preços garantidos. Adotaremos uma política de estoques reguladores. Formaremos um estoque regulador da carne, superando problemas de abastecimento. De imediato decidimos importar carne. Está proibida a exportação e em pouco tempo o abastecimento estará normalizado. Uma comissão especialmente criada para estudar a política para o leite deverá concluir também os seus trabalhos em breve.

Estou criando outra para as medidas de apoio e desenvolvimento da agropecuária com a participação de todos os interessados.

Estamos lançando um programa de armazenagem que não será apenas um programa do setor público. Contará com financiamentos para que a iniciativa privada se sinta estimulada a prestar a sua contribuição. A armazenagem de grãos passará da capacidade atual, de 60 milhões de toneladas, para 76 milhões e não podemos perder alimentos por falta de secagem e armazenagem.

A nova política de comercialização vai impedir que o esforço produtivo se gaste nos descaminhos, do atravessamento, da intermediação desnecessária que encarece o produto sem distribuir riqueza.

Favorecemos decididamente os investimentos na agricultura. Na renovação e aquisição de máquinas e equipamentos. Nas instalações, na correção do solo, na conservação, na secagem, no armazenamento.

Este ano, o investimento agrícola crescerá em 81 por cento, em termos reais. Passará de 12 bilhões de cruzados para 31 bilhões no final do ano. Até 1989 a meta do Governo é aplicar 15 por cento do PIB agrícola no crédito rural para investimento.

Realizaremos as indispensáveis obras de infraestrutura, de transporte, com estradas voltadas para a agricultura e de irrigação. Ultrapassaremos a meta de um milhão de hectares irrigados nos próximos três anos, para a perspectiva realista de subir essa cota para 3 milhões de hectares irrigados até 1989. Um milhão dos quais no Nordeste.

A realidade nordestina é distinta da do Sul ou da do Centro-Oeste. A fome do Brasil é predominantemente uma fome nordestina. Por isso o Nordeste merece um tratamento especial.

Em todos esses programas e nessas políticas levamos em conta que existem vários brasis.

De grande importância é o Programa Municipal de Desenvolvimento Agrícola.

Outra medida que o Governo agora adota. Estamos promovendo o planejamento integrado, protegendo o meio ambiente com a participação das comunidades. Favorecendo o pequeno produtor. Fomentando o associativismo. Dando treinamento técnico. Elevando a produtividade sem exaurir o solo rural. Queremos atingir neste programa mil municípios brasileiros.

Minhas senhoras e meus senhores.

Até hoje as medidas de conservação da natureza têm sido esparsas e desordenadas. O programa das regiões produtoras permitirá que núcleos de pequenos agricultores nos municípios programem e realizem esforços de reflorestamento, manejo de solo, controle de águas fluviais, combate à erosão e promoção integrada dos traçados de estradas e infraestruturas.

Este programa receberá o apoio de 2 bilhões de cruzados. Tudo isso terá o auxílio de novas fontes de recursos. Será criada a caderneta verde, uma caderneta de poupança agrícola que funcionará para ajudar o campo. Será a poupança do produtor.

Esperamos que a agricultura cresça 10 por cento ao ano. Essa é a nossa meta.

Todos estamos testemunhando neste ato que pela primeira vez o Brasil lança um projeto integrado para a agricultura. Levando em conta a necessidade de estradas, de armazenamentos, de alimentação do povo, de saúde e de educação.

Preocupamo-nos especialmente com os que vivem no campo e do campo. E é para o campo e pelo campo que passamos a assegurar o direito à assistência médica integral ao trabalhador rural, estendendo os benefícios da Previdência.

Outra área prioritária é a educação. Além da expansão da rede de ensino de primeiro grau no campo, estamos realizando projetos voltados para o trabalhador rural, como o de melhoria e expansão do ensino técnico e das escolas rurais comunitárias.

Realizando cursos de treinamento. Fortalecendo a extensão rural. A isso se junta a decisão de não mais aceitar que haja terras ociosas, retidas para meros fins especulativos ou deixadas improdutivas nas mãos do Estado.

A decisão de realizarmos a reforma agrária, imperativo de justiça e exigência da definitiva modernização do Brasil, é oferecer condições objetivas ao homem que sabe e quer trabalhar a terra. Mais uma vez reafirmo que ela não se destina a atingir a propriedade, e sim a aumentar o número de proprietários.

O Governo não faz milagres com as contas e nem fabrica dinheiro. Temos fundos para atender a essas medidas graças ao que foi realizado até aqui. Inclusive as recentes medidas de empréstimos compulsórios, criadas exclusivamente em benefício da comunidade e da Nação.

Estamos defendendo ao mesmo tempo o produtor rural e o consumidor. Preparando o futuro.

O setor agrícola tem sido sempre e permanentemente uma grande preocupação do Governo. Até hoje ainda não tínhamos conseguido a formulação de uma política global, que visualizasse os nossos objetivos em termos de futuro, num trabalho sério, capaz de garantir aos homens do campo uma política agrícola estável, onde os mecanismos oferecidos a todos não fossem mudados de repente, ao sabor das nossas vicissitudes.

É essa a garantia que nós desejamos dar aos homens que trabalham na produção agrícola do País.

Este esforço organizado está sendo começado agora.

Este não é o fim, ele é o meio. Este é o primeiro passo. Porque o fim é realmente que tenhamos no setor agrícola um setor igual ao dinamismo, à segurança e ao desenvolvimento que o Brasil tem nos outros setores.

Sabendo todos nós que o grande fim, o fim que todos nós brasileiros temos e o de melhorar a sorte e a vida do povo brasileiro. Para isso estamos trabalhando e, graças a Deus, trabalhando juntos, todos nós brasileiros de todos os setores.

Muito obrigado pelo prestígio que os senhores emprestam a esta solenidade.